



ENTRE PARIS E ITAGUAÍ*

MICHAEL WOOD

TRADUÇÃO: OTACÍLIO NUNES JR.

RESUMO

A novela *O alienista* suscita imagens perfeitamente talhadas do que Roberto Schwarz chama de “idéias fora de lugar”. Tendo em mente essa estrutura de pensamento, este artigo revê as observações recentes de Schwarz sobre leituras nacionais e internacionais de Machado, indaga se essas observações podem acomodar uma avaliação mais amistosa do leitor internacional e passa ao romance *Esaú e Jacó* em busca de outros exemplos.

PALAVRAS-CHAVE: *Machado de Assis; Literatura brasileira; Esaú e Jacó; O alienista.*

SUMMARY

The novella *The alienist* brings perfectly pitched images of what Roberto Schwarz calls ideas out of place. With this structure of thought as a guideline, this article revisits Schwarz's recent remarks on national and international readings of Machado, asks whether these remarks may possibly accommodate a friendlier account of the international reader, and turns to the novel *Esau and Jacob* for further examples.

KEYWORDS: *Machado de Assis; Brazilian literature; Esau and Jacob, The alienist.*

I

[*] Este texto inédito tem como base uma conferência proferida em colóquio sobre Machado de Assis realizado na Universidade de Princeton em janeiro de 2009. Em virtude de conflito entre as edições utilizadas pelo autor e as disponíveis no Brasil, optou-se por não incluir as referências às páginas dos romances citados [N. do E.].

Na abertura da novela *O alienista*, de Machado de Assis, o ambicioso e azarado herói declara de forma surpreende sua lealdade à cidade onde nasceu. Simão Bacamarte estudou em Coimbra e Lisboa e é considerado, ao menos na linguagem de cronista que a história adota instantaneamente, “o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas”. O rei de Portugal oferece-lhe vários empregos, mas nada é capaz de manter o médico na Europa. “A ciência é o meu emprego único; Itaguaí é o meu universo.” O jogo com essa idéia de universo, possivelmente bastante restrita, continua ao longo de toda a narrativa. “Itaguaí e o universo ficavam à beira de uma revolução.” A ambição declarada de Bacamarte é encontrar um “remédio universal” para a loucura; uma descoberta que, ele espera, “vai mudar face da terra”.

Mas por que estamos sorrindo? Quem está sorrindo e quem não está? Estamos tão seguros de saber o que é um universo, ou o que o universo é? Por que Lisboa ou a Europa encerraria tal coisa melhor do que Itaguaí? *O alienista*, além de narrar as várias definições de Bacamarte para a loucura e os sucessos e insucessos de seu hospital mental, desenvolve uma série de paralelos irônicos com a história europeia — ou, mais precisamente, com a história da França, vista como o modelo da história universal. Em Itaguaí vemos a era da razão, o surgimento do despotismo, o descontentamento, a revolução, a repressão e a restauração, tudo ligado ao asilo de loucos cada vez mais lotado de Bacamarte. A palavra “terror” é usada como título de um capítulo e é recorrente no texto. No mundo leal de Itaguaí teriam se infiltrado “doutrinas francesas”. O asilo de Bacamarte é chamado de prisão privada, e nomeado de forma ainda mais incisiva como “uma Bastilha da razão humana”! — embora não fique nada claro se a razão é mantida dentro ou fora dele.

O ponto alto desse esquema analógico é atingido na sentença da qual tomei emprestado o título deste ensaio:

A ação podia ser restrita — visto que muita gente, ou por medo, ou por hábitos de educação, não descia à rua; mas o sentimento era unânime, ou quase unânime, e os trezentos que caminhavam para a Casa Verde — dada a diferença de Paris a Itaguaí — podiam ser comparados aos que tomaram a Bastilha.

As diferenças são sérias: tempo, lugar, razões, objeto, números e resultado. Os últimos dois itens são especialmente importantes, dado que é muito difícil compreender como trezentas pessoas que não atacam com violência uma instituição podem ser comparadas a mil que o fazem. Se os revolucionários franceses tivessem simplesmente marchado na direção da Bastilha, não teriam feito muita história. Mas é claro que o texto, ou a crônica, não diz que os rebeldes de Itaguaí foram comparados àqueles que tomaram a Bastilha, nem que deviam ser; diz só que poderiam ser. Aqui há possibilidade de todos nós sentirmos estar errados; os que riem e os que não riem; os que aceitam a comparação, seja com quais reservas for; os que a recusam; os que não conseguem sequer ver qual é seu sentido. A própria noção de comparação não está decidida.

E a identidade sugerida ou afirmada entre Itaguaí e o universo funciona da mesma maneira, empilhando verdade possível e engano manifesto com tal prodigalidade que nossos sorrisos, se estivermos sorrindo, começam a parecer inúteis. Quando Bacamarte diz que Itaguaí é seu universo, está falando com a voz do mais puro provincianismo. Ele esteve no exterior e só entendeu que o exterior é exte-

rior, não que é o lar de outras pessoas. Na primeira vez que estive em Nova York, passei muito tempo na companhia de um casal francês muito agradável. Depois de algum tempo, ficou claro que eles não estavam aprendendo nada de inglês e não faziam nenhum esforço para aprender. Perguntei a eles por quê, e ambos disseram, sem hesitação, “Le français nous souffit”, “O francês nos basta”. Traduzo: “a língua francesa é meu universo”.

Mas Bacamarte também está dizendo outras coisas, bastante sensatas: que o universo está em todo lugar, e portanto qualquer lugar pode ser o universo; que todos temos de começar em algum lugar, e não em lugar nenhum; que não há acesso ao universal senão através do local; que todos os empreendimentos humanos requerem limites; que todos nós temos universos diferentes, e ele está nos dizendo o nome do seu.

E é claro que ele está indicando também outras coisas, não ditas: que sua vaidade e sua satisfação consigo são imensas; que gosta de uma bela frase; que está tão propenso quanto qualquer outra pessoa de seu mundo a ser seduzido por palavras, nomes e pronunciamentos; que ele e eles vivem em um tempo e um lugar onde a linguagem tem extraordinários poderes fantasmáticos: mencione a Bastilha e todas as diferenças históricas são esquecidas; mencione o universo e o universo é seu.

Estamos olhando para imagens perfeitamente talhadas do que Roberto Schwarz chama de “idéias fora de lugar”; e para uma crítica da própria noção de estar fora de lugar. Tendo em mente essa estrutura de pensamento, quero rever as observações recentes de Schwarz sobre leituras nacionais e internacionais de Machado; indagar se essas observações podem acomodar uma avaliação mais amistosa do leitor internacional, ou da pessoa que quero pôr no lugar desse suposto leitor; e passar ao romance *Esau e Jacó*, para dar outros exemplos.

O ensaio de Schwarz, publicado em português em *Novos Estudos* (2006) e em inglês na *The New Left Review* (2007), é intitulado “Leituras em competição”, embora, como ele deixa claro, a competição não envolva a nacionalidade literal do leitor — “a cor do passaporte e o local de residência dos críticos não são determinantes”. Um leitor nacional, por exemplo, um crítico brasileiro de Machado, poderia ler como se fosse um leitor internacional, partindo do suposto centro do universo cultural corrente (onde quer que ele esteja) e não das margens. Para um tal leitor, continua Schwarz, Machado pertenceria a “tradição do Ocidente”, o mundo literário de Sterne, Flaubert, Henry James e muitos outros, e não a seu país. Schwarz preocupa-se muito com a dupla alienação que opera aqui — a do leitor e a do próprio Machado —, mas admite que tal retrato de Machado “não é impossível — embora a exclu-

siva seja tosca”. O que seria indispensável seria todo o “ambiente saturado de injustiças nacionais e de história”, e todo o criativo passado local que torna qualquer obra-prima possível, seja ela de Shakespeare ou de Machado:

Falta-lhe a consciência de seus efeitos, que são de marginalização cultural-política em âmbito mundial. Ou ainda, desconhece a construção em muitas frentes, coletiva e cumulativa, em parte inconsciente, sem a qual não se constelam a integridade estética e a relevância histórica, as quais pretende saudar.

Inversamente, se bem que Schwarz não diga exatamente isto, um leitor internacional pode e deve se dar o trabalho de saber o que um leitor nacional sabe, já que “a tese da inutilidade crítica das circunstâncias e da particularidade nacional talvez não saiba o bastante de si”. É não apenas rasa mas perigosa, na verdade uma forma de imperialismo literário, como a fala sobre literatura mundial muitas vezes é. Se os leitores internacionais estão sempre em busca de “obras-primas remotas e avulsas, em seguida incorporadas ao repertório dos clássicos internacionais”, parece de fato haver algo de predatório e explorador no processo. Schwarz chama isso de neo-universalismo.

Concordo inteiramente com esse argumento, mas temo que eu e muitos outros — Susan Sontag, por exemplo — devamos ter parecido culpados do gesto predatório do colecionador. Schwarz descreve o ângulo de visão de um ensaio meu como “leitura [...] internacional (ou várias não-nacionais)”, como se publicar na *New York Review of Books* fosse viver no centro do mundo cultural — em Paris, por assim dizer, tal como vista de Itaguaí. Certamente procuro, e fico feliz de encontrar, obras literárias “remotas e avulsas” de interesse, embora não deseje, para fazê-lo, negligenciar obras próximas e familiares — e, a propósito, a maioria das obras norte-americanas parece-me distante e discrepante. Mas não me preocupa muito se os textos em questão são ou não obras-primas, e não tenho um “repertório dos clássicos internacionais”, em parte porque não acredito que exista o internacional. Desejaria que existisse, em especial na questão dos direitos humanos. Mas o mundo, creio, é constituído de múltiplas localidades, e no melhor dos casos alcança algo que poderíamos chamar de transnacional, a viagem do material de um lugar a outro. Bem, há também o multinacional, mas não penso que haja nele nenhuma esperança para a literatura.

Para mim, a questão crítica, depois de feito o esforço de descobrir o que se pode descobrir sobre o contexto nacional saturado de determinada obra, é como devemos ligar nossa experiência de leitura a outros contextos, especialmente o nosso próprio; como levar

a cabo o duplo projeto de literalismo e analogia que julgo que toda a literatura propriamente dita demanda. Concentramo-nos no que está lá, e queremos saber, com o máximo detalhe que conseguirmos, onde está o “lá”. E associamos esse “lá” a diferentes localidades, reais e imaginadas, vividas e lidas. O leitor nacional, na descrição de Schwarz, é por certo o melhor leitor, porque ao menos está preservado do vazio. O leitor internacional pode oferecer perspectivas que talvez falem ao leitor nacional — foi a figura que Schwarz chama de leitor internacional que trouxe o narrador inconfiável para os estudos de Machado —, mas está sempre propenso ao gesto imperial, ou, na verdade, à pura vacuidade. Minha sugestão é que o suposto leitor internacional, tendo se tornando um leitor tão nacional quanto lhe é possível, possa proveitosamente voltar para casa e comparar: comparar, não assimilar ou achatar, já que a comparação, quando é ativa, mesmo quando é comicamente ativa, como na ligação feita por Machado entre Paris e Itaguaí, mantém vivos todos os seus componentes e não subordina um ao outro. Um toque de comparação extranacional também não faria mal ao leitor nacional.

Gostaria de me deter mais um momento em *O alienista*. Há, como observamos, um provincianismo intrigante na própria maneira como Bacamarte fala sobre o universal — e talvez na maneira como a maioria das pessoas fala sobre o universal. Como sugere Schwarz, há não apenas um provincianismo na margem, mas também um provincianismo no centro. Isso não quer dizer que todas as províncias sejam iguais, só que há entre elas grupos de semelhanças de família; é assim que sabemos que elas são províncias. Penso que uma das implicações mais profundas dessa novela é que em Itaguaí reina um certo provincianismo de linguagem. Essa é uma condição local, não universal. Se fosse universal, não seríamos capazes de reconhecê-la. Mas ela não surge, não surgiu, apenas em Itaguaí.

O alienista faz desfilar diante de nós uma seqüência de idéias sobre loucura, todas ligadas a confinamento; e o confinamento final, quero sugerir, é dentro da própria linguagem, dentro de certa linguagem que não sabe quão limitada é, uma linguagem que se tranca, por assim dizer, em sua própria Bastilha.

A loucura em Itaguaí é a princípio tudo que a loucura é; não há nenhum problema de definição, os loucos são reconhecidos por todos e mantidos em casa ou autorizados a andar pelas ruas. Quando Bacamarte instala seu asilo e começa sua pesquisa, categorias familiares começam a aparecer — isto é, familiares para nós: mania religiosa, ilusões de grandeza etc. Mas depois ele decide que a loucura não é, como pensara, uma ilha no oceano de razão, mas um continente inteiro, e praticamente qualquer comportamento que não seja absolutamente padrão em Itaguaí passa a estar sob sua esfera de atuação: generosi-

dade excessiva, uma disposição extremada de ajudar a um amigo ou parente. Mais tarde Bacamarte decide que os revolucionários que atacam seu asilo e as autoridades locais são loucos; e por fim arrebanha, baseado neste ou naquele motivo, quase toda a população de Itaguaí, inclusive sua própria mulher, cujo interesse em roupas é classificado como “mania santuária”.

Então Bacamarte muda surpreendentemente seu modo de pensar. Declara que os internados afinal não são loucos, que suas variadas e persistentes formas de desequilíbrio mental são a própria sanidade, e que são os poucos outros restantes, os poucos razoáveis, que estão desalinhados e precisam passar algum tempo no asilo. Machado faz aqui uma coisa discreta e maravilhosa, ou faz Bacamarte fazê-la por ele. Ele muda as bases de distinção de questões de razão e desrazão para questões de caráter moral — toma emprestado um tropo tão antigo quanto o *Elogio da loucura*, de Erasmo de Rotterdam, e talvez tão antigo quanto Sócrates. Agora as pessoas que são trancadas são os modestos, os tolerantes, os verdadeiros, os simples, os leais, os generosos, os sábios, os sinceros etc. O plano de Bacamarte (perturbadoramente bem-sucedido) é curá-los dessas virtudes e devolvê-los à comunidade como seres morais falhos, vulgares, corruptos como os demais. Ele próprio, decide então, é a única pessoa sã e decente em Itaguaí, ou seja, à luz de sua nova doutrina, o único louco. “Reúno em mim mesmo a teoria e a prática”, ele clama; trancafia-se em seu asilo e morre logo depois.

A sutil sugestão que espreita, aquela que nos persegue muito depois de termos acabado a leitura da novela, é que Bacamarte está errado em todos os sentidos: não é sã e decente e tampouco louco, porque mal começamos a entender o que significa qualquer uma dessas palavras, e não pensamos em procurar outras. Aqui o poder da linguagem só serve para dividir e incitar, para separar e trancar — se não for este conjunto de pessoas, então outro; se não for ninguém mais, então o próprio médico. A Bastilha, livrada de sua especificidade histórica, é um edifício de linguagem, e a própria linguagem constrói a Bastilha. Há apenas exclusões e reclusões. Contudo, em algum lugar à beira da página, ou na página, entre as linhas, embaixo das sentenças irônicas, comedidas, está a sabedoria profunda e atraente de um escritor que não excluía nada, que sabia melhor do que praticamente qualquer pessoa como incluir cada argumento e postura disponíveis e encontrar a verdade e o erro emaranhados em cada um deles. O que lemos em *O alienista* não é uma história geral da loucura universal, uma espécie de parábola que poderíamos aplicar a qualquer lugar, mas uma obra-prima brasileira precisa e particular que encontra ecos e se traduz nas loucuras particulares e precisas de outras regiões e mundos.

II

Esau e Jacó, quando voltei a ele, pareceu-me ser ainda mais “saturado de injustiças nacionais e de história”, na expressão de Schwarz, do que pensei que era na última vez que o lera. A adivinha que vemos na abertura do romance não apenas prevê o futuro — ou antes, na prática, diz que o futuro é o futuro —, ela ajuda as pessoas a encontrarem coisas perdidas: jóias e escravos, por exemplo. No romance, a escravidão é sugerida em todos os lugares e muitas vezes é mencionada, embora os escravos em si não apareçam com muita frequência na consciência das classes dominantes. Há também outras infâmias. O brando e frágil ex-governador Batista, que não mandou matar ninguém e não quer que ninguém seja morto, está quase disposto a reivindicar um par de mortes se isso o ajudar a manter o apoio de seu partido. Até alguém como o infinitamente envolvente Aires pode parecer quase criminosamente dedicado à inação e à indiferença; e uma excelente característica positiva dos gêmeos em luta é que ambos apóiam a abolição da escravidão, embora, é claro, divirjam sobre o significado da reforma, “que para Pedro era um ato de justiça, e para Paulo era o início da revolução”. A estátua sorridente de Narciso “no meio do jardim” da casa dos pais dos gêmeos é baseada em uma alusão clássica, mas representa uma complacência brasileira inteiramente histórica. A encantadora idéia de poder que Flora expressa é muito própria dela, e também devemos sentir sua atração:

[...] invejava a princesa imperial, que viria a ser imperatriz um dia, com o absoluto poder de despedir ministros e damas, visitas e requerentes, e ficar só, no mais recôndito do paço, fartando-se de contemplação ou de música. Era assim que Flora definia o ofício de governar.

Não há nada aqui de sinistro. No “absoluto poder de despedir”, Flora imagina apenas a oportunidade de ser deixada absolutamente só; não planeja que as pessoas sejam mortas ou banidas. Mas seu governo é um não-governo, também uma condição histórica perfeitamente específica, ou um diagnóstico sugerido dessa condição. E quando sabemos que entre os admiráveis desenhos de Flora há uma casa inacabada, “ruína sem história”, não precisamos deixar o Estado-nação para vislumbrar a ruína, ou para entender quão histórica é essa aparente falta de história. Da mesma forma, embora as províncias brasileiras tenham se tornado estados, como lembra Paulo à mãe, a idéia de provinciano praticamente não desapareceu do Brasil.

Mas é claro que *Esau e Jacó* tem uma dimensão comparativa marcada, ainda que só em suas comparações com outras províncias, como o mundo da Bíblia hebraica ou a versão francamente universalizante

do mesmo texto, conhecida como Velho Testamento. E a intrigante dificuldade, o desafio impreciso mas assustador que se esconde na facilidade e na finura deste romance maravilhoso, é negociar entre províncias, ou, mais precisamente, entender quão tentadoras e provincianas — quão inevitáveis — podem parecer várias afirmações universalistas, e quão transferíveis podem se revelar, ao menos para a mente inquiridora, exemplos históricos bastante específicos.

“E os filhos lutavam dentro dela”, lemos em *Gênesis*, cap. 25. Rebeca faz uma pergunta notável, ou uma pergunta óbvia de uma forma muito filosófica: “Se é assim, por que eu sou assim?” (outra tradução seria “Se é assim, por que eu vivo?”). A nova edição judaica da Bíblia diz muito bem em uma nota: “Significado da incerteza hebraica”. “E ela foi perguntar ao Senhor”. Perguntar ao Senhor, em livros posteriores da Bíblia é uma expressão para consultar algum tipo de oráculo; mas aqui presumivelmente Rebeca tem uma entrevista face a face — ou voz a voz. O Senhor lhe diz que há “duas nações” em seu útero, e “dois tipos de povos”. “E quando se completaram os dias para que ele desse à luz, observem, havia gêmeos em seu útero.” Notamos a interessante lógica dupla dessa pergunta e resposta. Rebeca pergunta por que está se sentindo como se sente — “Se é assim, por que sou assim?”. A resposta é que ela vai dar à luz gêmeos. Mas a pergunta que o Senhor responde, pulando uma etapa, é aquela que ela ainda não fez: Por que vou dar à luz gêmeos? É fácil ver a construção retroativa da profecia: foram as duas nações e os dois tipos de povos, os filhos de Esaú e os filhos de Jacó em suas linhagens históricas posteriores, que deram origem à história dos gêmeos lutando no útero, e não o contrário. A aparente história pré-natal é o resultado de acontecimentos posteriores, não a causa deles. Esse é precisamente o tipo de lógica que Machado nos expõe em *Esaú e Jacó*, embora, como sempre acontece em sua obra posterior, seja bastante fácil imaginar que ele está endossando a própria mentalidade que se sujeita a uma crítica meticulosa.

Pedro e Paulo não lutam um com o outro no útero, como Esaú e Jacó? Sim, exatamente como Esaú e Jacó, mas como isso acontece? Natividade não precisa perguntar à adivinha sobre a natureza de sua gravidez, seus gêmeos já têm mais de um ano de idade. E ela não descreve a luta. Ninguém o faz. A adivinha pergunta se os dois meninos lutaram no útero, e Natividade lembra-se de ter sentido “movimentos extraordinários, repetidos, e dores, e insônias”. Não exatamente uma luta; ou uma luta está longe de ser a única imagem que se pode evocar para representar essa condição. É de se presumir que Natividade não se lembre tão bem que as opções na época pareciam ser um menino ou uma menina, mas não ambos, mesmo que isso fosse uma “perfeição”, satisfazendo as fantasias tanto da mãe como do pai. Ela sofreu “muito” durante a gravidez, mas as metáforas que escolhe, ou

as metáforas que o narrador lhe empresta, não são exatamente, ou não diretamente, as de duas crianças lutando: “Cuidava trazer um general que iniciava a campanha da vida, a não ser um casal que aprendia a desamar de véspera”.

Mas a pergunta da adivinha, uma vez feita, se torna a forma de um fato. Ou, dito de outra maneira, o que a predição “adivinhou que fosse briga” se torna luta, uma indiscutível “briga uterina”, “a rixa anterior e interior”. Como fato, como luta, serve de causa e de explicação, na verdade passa a ser a fonte da maior parte da ação e do desenvolvimento do romance, do caráter e da carreira dos gêmeos, até da morte de Flora. Aires tem um promissor momento de ceticismo: “Antes de nascer, crianças não brigam”, diz ele a Santos e ao espiritualista Plácido. Mas o diz com “a entonação dubitativa” e prontamente evoca Esaú e Jacó, começando a especular sobre as razões para a luta em que não acreditava um momento atrás. Quando chega à sua citação de Empédocles, ele é lançado em uma teoria plenamente desenvolvida da paz como guerra e do amor como duelo. No fim do livro — tendo os filhos lutado a vida inteira, sido separados historicamente como Edom e Israel, por que não deveriam ter lutado no útero, teria sido só um começo levemente precoce? — Aires vê a briga entre os gêmeos como algo “persistente no sangue, como necessidade virtual”, e sorri ao pensar que os meninos, agora homens crescidos, poderiam discordar sobre um detalhe prático contingente como um legado literal. Muito tempo antes, Aires mitologizou a diferença entre eles associando Paulo à ira de Aquiles e Pedro à astúcia de Odisseu: cada um deles um herói épico homérico, e um elegante binarismo que, como a lógica confinadora do Dr. Bacamarte, oferece a cada pessoa só um tipo de característica e reduz o conjunto total de opções a duas. Mesmo a ironia de Aires sobre os meninos — “Tanto cresceram as opiniões de Pedro e Paulo que, um dia, chegaram a incorporar-se em alguma coisa” — confirma o que agora se torna o destino deles. Suas opiniões e apegos podem ser triviais, ou mesmo sem sentido, mas a divisão entre eles é constante.

É claro que a questão não é se existe rivalidade entre irmãos, ou se os meninos realmente lutaram no útero. A questão é como entendemos a explicação que Aires está tão feliz em aceitar; e acima de tudo como entendemos sua passividade, seu contentamento com uma razão que não é uma razão. Flora morre dessa mesma passividade, mas não contente. Ela gostaria de razões, precisamente as razões que Aires está tão feliz em dispensar, mas não tem nenhuma: “Não tinha razões a moça; tinha necessidade”. A indicação mais clara do que Aires realmente pensa ocorre, como é característico, quando ele está escrevendo sobre outro assunto. Ele oferece uma modificação perspicaz do provérbio que diz que a oportunidade faz o ladrão: “o provérbio está errado”, ele afirma. “A forma exata deve ser esta: ‘A ocasião faz o furto; o ladrão nas-

ce feito’’. A despeito de toda a sua conversa esclarecida sobre “hábito” e “temperamento” e de sua aparente distância dos princípios do naturalismo, Aires tem uma crença antiquada na hereditariedade. Aqui é difícil não pensar na epígrafe do romance, com seu delicado e múltiplo uso equivocado de uma frase de Dante: “Dico, che quando l’anima mal nata...”. Quando Aires introduz a frase no texto, é só uma maneira extravagante de dizer *che sera sera*. É muito ruim que tantas pessoas sejam tão insípidas, ele pensa. Mas o que se há de fazer. A questão não é eles tentarem não ser insípidos, porque tentar não vai ajudar. Se você nasceu insípido, é insípido. É claro que o fato de Aires citar sua própria epígrafe e nos dizer que é a epígrafe — ou, antes, que se ela fosse a epígrafe, “se eu lhe quisesse pôr alguma, e não me ocorresse outra” — cria uma ocasião mais complicada, mas essa ocasião está entre nós e Machado, e não em algum lugar nos arredores do pensamento banal de Aires sobre a banalidade.

Em Dante, o contexto diz respeito à chegada das almas ao inferno. Elas confessam seus pecados a Minos, que decide a qual círculo pertencem. Não creio que haja nenhuma proposição teológica ou filosófica forte atrás da idéia de alma “malnascida”, e teria sido uma heresia para Dante pensar assim. A questão não é que todas as almas malnascidas vão para o inferno, apenas que todas as almas que vão para o inferno se revelam em algum sentido malnascidas — senão, não iriam para o inferno. A lógica é circular, mas clara, como a da história de Esaú e Jacó. As almas certamente não são pessoas insípidas — são as mais interessantes no poema — e nem todas lutaram, portanto a ligação com o romance de Machado parece muito tênue. Especialmente quando Aires sugere que uma epígrafe pode “completar” os personagens e fornece um par de óculos ao leitor. Mas é claro que a questão é a fragilidade da ligação, e o lugar onde nosso pensamento real pode começar. Aires deslocou nossa atenção do pecado em Dante e na vida em sua própria história, para a predisposição, e até a predeterminação, da alma. Aqui Machado, como na história de Esaú e Jacó, quer que pensemos tanto na não-ligação entre a história brasileira e outras histórias, como no que outras histórias dizem sobre o Brasil, ou diriam se alguém as ouvisse. Aqui o que é brasileiro, local, provinciano, específico, é o elegante fatalismo que tanto Dante como a história do *Gênesis* recusam inteiramente; uma espécie de universalismo que desculpa tudo. Nós o entendemos por meio não de um universalismo rival, ou melhor, de nosso próprio provincianismo, nosso conhecimento de que o que é inteiramente, até irremediavelmente, brasileiro não tem de ser apenas brasileiro.

Uma boa maneira de focalizar esse entendimento é nos determos no prazer de Aires com a palavra “inexplicável”. Penso que ela pode ter dois usos. Um é bastante literal, e sugere somente que o que não

pode ser explicado não pode ser explicado, que ainda é preciso buscar explicações e que estas, na verdade, talvez nunca estejam disponíveis. É nesse espírito que Dain Borges sugere de forma sutil que leiamos o personagem de Flora: “um esboço que o leitor deve completar pacientemente com imaginação, razão e amor” — a palavra “completar” ecoa muito bem a sugestão de Aires sobre a utilidade que pode ter uma epígrafe. Deste ângulo, o inexplicável é um convite. O outro uso é o que podemos chamar de mágico, ou supersticioso, e combina bem com os padrões de pensamento que venho descrevendo. Nessa perspectiva, o inexplicável se torna explicação, uma forma de identidade, um nome. É isso que Flora é, quem ela é, “um conflito de afinidades” um “equilíbrio de preferências”. Esses são os paradoxos fáceis de Aires, e ele finalmente dirá, depois da morte de Flora, que o mistério não tem importância, “não lhe importe o mistério”. Ele até abre mão da idéia do inexplicável em favor de uma explicação hábil e genuinamente astuta: “não alcançando unificá-los, como os via em si, preferiu fechar os olhos”. Estamos muito perto do coração do texto de Machado, já que a provável verdade do diagnóstico de Aires não o torna menos desonesto. A própria Flora pensou de forma muito semelhante quando se tornou, além de inexplicável, “incurável”. Em certos aspectos, seu coração é como o de Paulo, em outros, como o de Pedro: “e com isso explicou o inexplicável”. Mas então o que é uma explicação? “Apesar de tudo, não acabava de entender a situação, e resolveu acabar com ela ou consigo”. Uma explicação não é um entendimento. É o que usamos para substituir o entendimento, ou para encobrir nossa falta de entendimento. E usar a noção de inexplicável naquele segundo sentido, como uma explicação em si mesma, é recusar a experiência e confiar nas palavras exatamente do modo como Machado nos ensina a não fazer.

Há muitas diferenças entre Paris e Itaguaí, mas a única que importa na perspectiva que estou tentando evocar é aquela entre dois nomes, dois signos. Palavras não são tudo — lemos Machado em parte para aprender isso, confiamos em que suas palavras nos mostrem os riscos e as recompensas da confiança —, mas têm poderes excessivos e podem mudar o mundo, especialmente no caso de mentes supersticiosas, e até mais no caso de mentes supersticiosas que imaginam serem racionais. Vocês se lembrarão que Aires não acredita em doenças porque elas lhe ocorrem como listas de nomes. São listas de nomes — e para ele só listas de nomes, porque ele tem sorte, porque é saudável. Mas, então, como devemos entender o momento mágico no romance em que uma observação casual feita pelo secretário de um homem rico — ele diz que Flora teria de estar doente para recusar uma proposta de casamento tão vantajosa — parece causar, ou pelo menos prever, sua verdadeira doença: “A moléstia, dada por explicação à recusa do

casamento, passou à realidade daí a dias”. Não, não é uma causa nem uma previsão, é um paralelo accidental. “Não bastam receios”, diz Aires em um contexto relacionado, “é preciso que a realidade venha atrás deles”. Se os medos não são suficientes, as palavras também não. Nem as metáforas. Filhos não lutam no útero, não fica claro que lutaram no útero, por causa de uma pergunta ou uma alusão bíblica. Mas nós — personagens na ficção de Machado, leitores da ficção de Machado, seja qual for nossa província ou *habitat* — tomamos muitas vezes por realidade os medos, as palavras e as metáforas, especialmente se a realidade não faz nada para contradizê-los; e então nossa própria linguagem se torna uma forma de confinamento, e voltamos ao mundo de Simão Bacamarte, onde a simples palavra Bastilha é suficiente para abolir todas as diferenças entre Paris e Itaguaí.

MICHAEL WOOD é professor na Universidade de Princeton.

Recebido para publicação
em 20 de fevereiro de 2009.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

83, março 2009

pp. 185-196



LUA NOVA

revista de cultura e política

LUA NOVA é uma revista quadrimestral publicada pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e orientada para o debate dos aspectos socioculturais e políticos de questões controversas do mundo contemporâneo.

Brasil: Anual R\$ 30,00 € (3 números)

Bienal R\$ 55,00 € (6 números)

Exterior: Anual US\$ 47.00 €

Bienal US\$ 84.00 €

Dados do Assinante:

Pessoa Física €

Pessoa Jurídica €

Nome/Instituição: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cep: _____ Fone/Fax: _____

Cidade: _____ Estado: _____ País: _____

E-mail: _____ CPF/CNPJ _____

Assinatura a partir do número:

Formas de pagamento:

€ Depósito em nome do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – Cedec

Banco do Brasil - Agência: 1199-1 – C/C 30.923-0

CNPJ: 48.608.251/0001-80

Valor: _____ (Favor enviar o comprovante do depósito pelo fax 11.3871.2123)

€ Cartão de crédito Visa nº _____ Validade _____

Envie seu pedido para o endereço abaixo ou acesse: www.cedec.org.br

Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC

Rua Airosa Galvão, 64 – Água Branca

05002-070 São Paulo, SP

Fone: (0xx11) 3871-2966; Fax: (0xx11) 3871-2123

E.mail: luanova@cedec.org.br

Homepage: www.cedec.org.br

